PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA

ATA DE REUNIÃO

4ª Reunião Ordinária

REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - RAE

IDENTIFICAÇÃO DA REUNIÃO		
29/08/2022	**14 horas**	**Videoconferência**

MEMBROS	
Des. João Benedito da Silva	Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau
Euler Paulo de Moura Jansen	Juiz Auxiliar da Presidência indicado pelo Presidente do TJPB
Fábio José de Oliveira Araújo	Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça indicado pelo Corregedor-Geral do TJPB
Antônio Silveira Neto (ausente) Representado por Daiane Lins da Silva Firmino - Coordenação pedagógica	Juiz indicado pelo Diretor da Escola Superior da Magistratura do TJPB
José Falbo Abrantes Vieira	Diretor Administrativo do TJPB
Izabel Vicente Izidro da Nóbrega	Diretora de Economia e Finanças do TJPB
Einstein Roosevelt Leite	Diretor de Gestão de Pessoas do TJPB
Ney Robson Pereira de Medeiros	Diretor de Tecnologia da Informação do TJPB
Robson de Lima Cananéa	Diretor Especial do TJPB
Ana Caroline Leal Vasconcelos	Gerente de Projetos e Gestão Estratégica do TJPB

PAUTA
1) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada responsável; 2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas; 3) Encaminhamentos.

DEBATES
Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de 2022, reuniram-se, por videoconferência, os membros do Comitê de Gestão Estratégica do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba – TJPB, conforme fls. 01, justificando-se a ausência do juiz Antônio Silveira Neto, que foi representado por Daiane Lins da Silva Firmino – Coordenação Pedagógica da Escola Superior da Magistratura - ESMA. Também estiveram presentes os(as) magistrados(as) Coordenadores(as) dos Projetos dos Macrodesafios, que apresentaram e explicaram os avanços no decorrer da execução, bem como a Gerente de Pesquisas e Estatísticas, Renata Grigório. Foram justificadas as ausências dos magistrados(as) Rodrigo Marques, Ivna Mozart, Gustavo Pessoa e Jeremias de Cássio, mas os Projetos respectivos foram apresentados pela Gerente de Projetos e Gestão Estratégica - GEPRO, Ana Caroline Leal Vasconcelos. O Presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba - TJPB, Des. Saulo Benevides, após os agradecimentos, ressaltou a importância do planejamento para o bom desenvolvimento da gestão, e passou a palavra para Ana Caroline. Ela apresentou a pauta e explicou que cada Macrodesafio tem um(a) juiz(a) coordenador(a) do Projeto e que este(a) fica responsável por acompanhar a execução e cumprimento dos trabalhos de sua equipe. Em seguida, partiu-se para o primeiro ponto da pauta: **1) Apresentação dos Projetos dos Macrodesafios por cada magistrado(a) responsável:** 1)Dr. Alexandre Targino – Macrodesafio: Sociedade - Garantias e Direitos Fundamentais - Projeto Atermação Eletrônica. Iniciou sua apresentação informando que seu Projeto tem como objetivo propiciar às partes que desejarem demandar no âmbito do Juizado Especial, fazerem sua Atermação, por meio da plataforma, sem precisar sair de casa. A Atermação inicia num ambiente para uma conciliação pré-processual, e não havendo essa conciliação a demanda é encaminhada para ajuizamento, através do PJe, para o Juizado Especial a quem competir. Ressaltou que o sistema já está pronto e que já está em teste um Projeto-Piloto, inicialmente no âmbito do CEJUSC-Saúde. Porém, devido a procura por outras demandas que não fosse relacionada à saúde, precisou-se envolver também o CEJUS-Cível. Para tanto, foram feitas diversas reuniões, treinamentos e ajustes no fluxo, estando hoje em funcionamento em ambos os Centros. Informou que houve, até o momento, 27 demandas, e que o próximo passo seria a regulamentação e os convênios que serão necessários com a Defensoria Pública e com os escritórios de prática jurídica. Concluiu agradecendo à DITEC, na pessoa de Júlio, aos CEJUSC's, em nome da Dra. Flávia Lins e Dra. Renata Câmara. 2)Dr. Jailsson Suassuna – Macrodesafio: Processos Internos – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa - explanou a evolução dos projetos do macrodesafio de sua responsabilidade, informando que o macrodesafio foi subdividido em duas frentes, onde a primeira diz respeito à redução do tempo de tramitação dos processos de improbidade administrativa e a segunda referente à redução do índice de prescrição e do tempo médio de tramitação dos processos criminais de corrupção. Este último foi subdividido em algumas tarefas imediatas, que demandam execução rápida, e mediatas, que dependem de projeto e tempo maior para sua execução. A primeira tarefa foi estudar a possibilidade de atuação do gabinete virtual nos processos de crimes contra a administração em todo o Estado, onde está sendo feito um levantamento de processos

conclusos de crimes contra a administração, verificando a necessidade ou não do gabinete virtual nesse projeto. A segunda tarefa é pertinente ao julgamento de 60% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, que corresponde exatamente à Meta 4, que já está cumprida. A terceira tarefa diz respeito ao estudo da possibilidade de atribuir prioridade no PJe para crimes contra a Administração em todo o Estado. A quarta tarefa é relacionada à informação a cada magistrado(a) sobre o modo de contagem dos processos ativos de sua Unidade e a evolução mensal dos respectivos trabalhos. Informou que o CNJ tem um método de contagem de tramitação de processos, e disse que está prestes a receber a média de tempo de tramitação desses processos no TJPB, e a partir de então enviar um ofício ou realizar uma reunião com os demais magistrados(as) para informar que eles(as) estão sendo monitorados(as) acerca desse tempo de tramitação de processos, tanto criminais como cíveis, e há necessidade do levantamento dos dados estatísticos do tempo de tramitação do TJPB, bem como informá-los(as) a forma da metodologia desse tempo. Acerca do grupo das tarefas mediatas, a primeira tarefa refere-se ao estudo da viabilidade de criação de um cartório unificado estadual para cumprir com exclusividade os processos de crimes contra a administração, ou ainda, em não sendo possível a criação do cartório unificado, a criação de varas regionalizadas nas comarcas de João Pessoa, Campina Grande e, Sousa ou Patos, por exemplo, para o julgamento mais célere desses processos de crimes de corrupção, dependendo, evidentemente, da criação e da competência da criação dessa vara de combate aos crimes organizados, que está para ser criada no âmbito do TJPB.

3)Dr. Rodrigo Marques – Macrodesafio: Processos Internos – Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal. Ana Caroline justificou a ausência de Dr. Rodrigo Marques e explicou que o Macrodesafio sob responsabilidade dele, cujo Projeto é intitulado "Criação dos Centros Especializados de Proteção às Vítimas", refere-se à Resolução CNJ 253/18, alterada pela Resolução CNJ nº 386/21, que orienta que estes Centros devem existir de forma física e ter um canal virtual de atendimento para dar apoio a vítimas de crimes e atos infracionais, tanto no deslocamento dessas vítimas aos Fóruns para comparecimento às audiências, como encaminhamentos para suporte psicológico ou acolhimento médico, com parcerias com o Poder Executivo, e envolvendo a capacitação para os(as) servidores(as) que estão atuando neste tipo de atendimento. O andamento do Projeto, atualmente, está em 48% (por cento). O TJPB já possui estes Centros, na forma de Projeto-Piloto, em João Pessoa, no Fórum Criminal e no Fórum da Infância e Juventude, e no Fórum de Campina Grande. Existe no portal do TJPB uma informação que orienta os direitos dessas vítimas, conforme a Resolução, e o sistema de Ouvidoria tem um espaço onde estas vítimas podem solicitar apoio, a fim de que a Ouvidoria encaminhe esta solicitação às Gerências, para que seja providenciado acolhimento e orientação. Também houve a capacitação, em parceria com a ESMA, voltada para os(as) servidores(as) e Diretoria destes Centros, bem como para magistrados(as), e foi preparado um ambiente para acolhimento das vítimas separadas do agressor, no local da audiência. Este é um dos pontos do Prêmio CNJ de Qualidade 2022, e é um ponto que muitos Tribunais ainda não alcançaram. Inclusive, entraram em contato com o TJPB para se informar sobre essa iniciativa que está em desenvolvimento, e tudo indica que o TJPB irá alcançar a pontuação neste item. Com a palavra, Dr. Euler informou que uma das coisas que foram colocadas no encontro de Goiana, que houve recentemente, foi a existência de uma ONG que tem por finalidade facilitar o acesso a cirurgias plásticas reparadoras em mulheres vítimas de violência doméstica, e o TJPB poderia fazer um convênio com essa ONG no sentido de encaminhar estas vítimas à ONG. Esta ONG é uma "derivação" da Associação Brasileira de Cirurgia Plástica, e o TJGO assinou convênio com ela.

4)Dr. Euler Jansen – Macrodesafio: Processos Internos – Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária. Iniciou dizendo que seu Projeto já começou com um ano de atraso, tendo como projeto "Instituir o modelo de governança do TJPB", e que está com 31% de execução. Entre os trabalhos desenvolvidos no referido projeto, destaca-se o Mapeamento de Atividades de Contratação, sendo a Gerência de

Contratação o setor utilizado como parâmetro. Através desta Gerência estão sendo mapeadas as atividades de contratação para fazer o desenho de fluxo, redesenho e adequação, inclusive com aplicação da nova Lei de Licitação, especialmente por relevo que é dado à parte judicial de pareceres. Também há o desenho da cadeia de valores da administração, que está sendo desenvolvida em paralelo ao desenvolvimento do mapeamento. O magistrado acredita que até o final do ano este Projeto será concluído. Ana Caroline fez uma complementação, informando que dentro do projeto há aprovação de Resolução que trata sobre Governança, que foi apresentado ao Presidente e ao Des. João, e atualmente está na comissão da LOJE, que já se reuniu e aprovou, faltando apenas despachar de volta à Presidência. Além disso, será iniciado o mapeamento dos processos organizacionais pela Gerência de Contratação por hoje ser meio problemática. Disse que semanalmente estão acontecendo reuniões presenciais no anexo do João XXIII com toda a equipe da Gerência de Contratação, Comissão de Licitação, Pregoeiro e Assessoria Jurídica que trabalha nessa atividade, bem como a parte de contratos da DITEC, para tentar redesenhar o fluxo atual e conseguir dirimir os impasses que hoje existem nessa atividade.

5)Dr. Jeremias de Cássio - Macrodesafio: Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados - Ana Caroline apresentou o Projeto intitulado "Centro de Inovação e Inteligência do TJPB", sob a coordenação do Dr. Jeremias de Cássio, que não pode estar presente na reunião devido a uma audiência. Informou que, atualmente, o Projeto está com 95% (por cento) de cumprimento. O Centro já está formado no TJPB por meio de Ato da Presidência e há espaço no hot site do TJPB voltado para este Centro, sendo este mais um dos pontos do prêmio de qualidade do CNJ, que diz respeito à expedição de Notas Técnicas. O Centro tem apenas uma Nota Técnica expedida e há previsão de mais duas Notas Técnicas, mas o prazo se encerra no dia 31 de agosto. Dr. Fábio Brito também faz parte do Centro, bem como Thiago Bruno. Para finalizar este Projeto será necessária a expedição dessas Notas Técnicas, mas, talvez, consiga-se a expedição de apenas uma, que trata das parcerias com outras instituições no compartilhamento de tecnologias voltadas para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, com previsão de conclusão até o final de 2022.

6)Dr. Gilberto Rodrigues – Macrodesafio: Aprendizado e Conhecimento - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira**.** Iniciou falando do seu Projeto "Aperfeiçoamento da Atividade Pericial", mostrando que, como tudo que é de orçamento e finanças, tem a entrada de recursos e a sua saída, como exemplo, o Projeto com incremento de recursos que foi o de Custas Processuais. Como era Juiz da Vara de Fazenda de Campina Grande, despertou para o atual Projeto voltado para atividade pericial, a partir da dificuldade em ter resolução de processo em que precisava de perícia, e principalmente quando estava submetido à justiça gratuita, pelo fato de muitos peritos não aceitarem atuar porque achavam o valor baixo. Além disso, quando uma perícia era de um valor maior, há a necessidade de se submeter ao Conselho da Magistratura. Então, o Projeto consiste em convênios, em que serão abertos editais para instituições de ensino se habilitarem com seu corpo técnico de professores doutores e mestres, e alunos, para participarem dessas perícias, e os valores aplicados serão os da tabela de perícia do Tribunal de Justiça. Ressaltou que muitos processos acabam tendo uma tramitação mais demorada por causa da perícia e que uma das ações do Projeto é também atualizar os valores dessas perícias, tendo se comunicado com Dra Izabel Nóbrega - DIFIN, quando foi informado por ela que seria incluído na peça orçamentária. Salientou, também, que já entrou em contato com Robson Cananéa, da Diretoria Especial, para tratar de algumas sugestões que foram recebidas, visando uma melhora na resolução que trata dessas perícias, e tudo com o objetivo não somente jurisdicional, mas também social. Concluiu explicando que o Projeto andou 32% (por cento), e informou que o Defensor Público, Dr. Lucas, está como Gerente deste Projeto, que tem o conhecimento social desses feitos. Falou que já existe um Projeto-Piloto em uma das Unidades de Campina Grande, e que até o final do ano o Projeto estará concluído.

7)Dra. Ivna Mozart – Macrodesafio: Processos Internos – Prevenção de Litígios e Adoção

de Soluções Consensuais para os Conflitos**.** Ana Caroline também explanou esse Projeto, pela ausência justificada da magistrada. Disse que o Projeto está com 62% de execução. Prevê uma conciliação ativa, onde conciliadores já selecionados pelo NUPEMEC podem entrar em contato, acessar a base de processos para poder buscar ações já em tramitação que podem ser resolvidas por meio de uma conciliação. A proposta principal é uma busca ativa. Atualmente o projeto está aguardando uma adequação de fluxo do PJe para que esses conciliadores possam, depois de selecionados e cadastrados, usar o PJe para essa busca ativa e, depois, seguir para os próximos passos, quais sejam, a seleção dos(as) conciliadores(as) e a habilitação deles no Sistema, a fim de iniciar essa busca ativa.

8)Dr. Gustavo Pessoa – Macrodesafio: Aprendizado e Conhecimento - Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas. Ana Caroline também apresentou o Projeto "Estabelecer estratégias para redução do absenteísmo", haja vista a impossibilidade do magistrado se fazer presente por questões de saúde. Informou que tem parceria com a Gerência de Qualidade de Vida - GEVID, através de Valéria Beltrão, que traz, dentro da programação da própria Gerência, a elaboração de um check-list de cuidados que cada servidor(a) deve ter no seu ambiente de trabalho, principalmente o remoto, quanto à ergonomia, posição de como se portar, aquisição de equipamentos pessoais para o teletrabalho, já que foge das instalações do Poder Judiciário e também algumas propostas normativas voltadas a essa intenção de reduzir o índice de absenteísmo. A previsão final do projeto é acabar em 30 de setembro e atualmente está com 78% de execução.

Ana Caroline disse que ainda há um portfólio de 12 Projetos não iniciados, que foi tratado em reunião com a Comissão de Gestão Estratégica, com composição de Diretores da Administração, bem como do Des. João Benedito, para deliberar sobre a questão de continuidade administrativa e continuidade na execução desses Projetos que ainda não foram iniciados. Encerrado o primeiro ponto da pauta, apresentação dos Projetos em andamento e os já concluídos, passou-se para o ponto seguinte da pauta: **2) Apresentação dos Indicadores do Planejamento Estratégico pela Gerente de Pesquisas Estatísticas:** Renata apresentou os Indicadores do Planejamento Estratégico relativos ao 1º semestre do ano de 2022. A divisão da apresentação se deu por Macrodesafios, cada um deles com seus Indicadores atrelados. A planilha do Painel de Indicadores apresentada segue anexa. Em seguida, o Des. Saulo Benevides, Presidente do TJPB, agradeceu a apresentação e disse que o objetivo é sempre evoluir e atingir as Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, vendo que o TJPB já está alcançando muita coisa. Agradeceu, também, aos magistrados(as) que trabalham junto a melhorias desses Indicadores, bem como agradeceu o empenho de Ana Caroline e Renata. Acrescentou que a Diretoria de Tecnologia da Informação - DITEC é fundamental no fornecimento desses Indicadores e informou que no momento que houve inspeção do CNJ, o TJPB foi elogiado pelos resultados positivos e o quanto o Tribunal evoluiu na questão do Planejamento. Ressaltou que a atual gestão tem sido cuidadosa, com ações realizadas a partir de um planejamento, levando em conta os critérios, necessidades e suas prioridades. Concedida a palavra ao Des. João Benedito, ele cumprimentou a todos(as) e agradeceu pelo TJPB ter vencido mais essa etapa, e com uma gestão qualificada, endossando os agradecimentos à Ana Caroline e Renata. Falou que na apresentação dos Indicadores, dois chamaram sua atenção: Taxa de Congestionamento, que ainda não se conseguiu baixar e sobre os Índices de Conciliação. Também elogiou o trabalho dos(as) magistrados(as) envolvidos(as) nos Projetos e disse esperar que todos(as) continuem se esforçando para o engrandecimento do Sistema Judiciário. Com a palavra, o Des. Saulo Benevides disse que a distribuição é muito grande, mas com a utilização do PJe a dinâmica é diminuir esse índice na questão da taxa de congestionamento. Ressaltou, também, a importância de incentivar a conciliação. Pedida a palavra por Dr. Jailson Suassuna, informou que sobre essa Taxa de Congestionamento, o CNJ, no ano passado, instituiu a Meta 5 - reduzir a taxa de congestionamento, com o propósito de reduzir 2 pontos percentuais. Disse que, caso não esteja enganado, o TJPB reduziu 7 pontos percentuais, tendo ficado em 3º lugar no Brasil. O CNJ analisou que

essa taxa de 2 pontos percentuais era tão alta, que neste ano reduziu para 0,5 pontos percentuais. E, hoje, mesmo estando nesta taxa, vem sendo um desafio baixar, mostrando o quanto é delicado essa taxa de congestionamento. Passada a palavra para Dr. Euler, falou que o Des. Saulo impulsionou essa baixa, através do Ato nº 28 da Presidência, que é o Controle de Processos Administrativos, como também no Controle de Processos Judiciais físicos, através dos Atos nº 32 e nº 34, da Presidência. Basicamente, pegou-se processos que estavam "esquecidos" há mais de 10 anos, e, em muitos casos, foram observados que o que houve foi um esquecimento da Gerência Judiciária de dar baixa no que é devolvido do STJ e STF, e devolvia direto para o 1º Grau. Disse que foram pegos processos que não voltam mais, como de Precatórios, que não voltariam por ter sido feito análise e visto que se tratava na verdade de requisição de pequeno valor (RPV). Em resumo, foram baixados cerca de 1.800 processos e também foi sistematizado para a Gerência Judiciária. Nada mais tendo a tratar, o Des. Saulo encerrou a reunião agradecendo a presença de todos(as).

Encaminhamentos:

1) Reunião agendada para dia 07/11/22, às 14 horas.

Ata validada por todos os membros, **datada e assinada** eletronicamente pelo Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau, que presidiu a reunião, com apoio da Gerência de Projetos e Gestão Estratégica.

JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548

Assinado de forma digital por JOAO BENEDITO DA SILVA:4682548
Dados: 2022.09.08 05:58:28 -03'00'

Desembargador *João Benedito da Silva*

Coordenador do Comitê Regional de Priorização do 1º Grau

Desempenho TJPB
Indicadores do Planejamento Estratégico

Gerência de Pesquisas Estatísticas

MACRODESAFIOS

Garantia dos Direitos Fundamentais
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade
Agilidade na Prestação Jurisdicional
Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos
Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios
Promoção da Sustentabilidade
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

Garantia dos Direitos Fundamentais

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Tempo médio de decisão	843,82	812,27	803,91	1.317,03	1.295,24
Taxa de magistrados na população	0,0069%	0,0067%	0,0066%	0,00640%	0,00642%
Taxa de varas na população	0,0061%	0,0056%	0,0053%	0,0058%	0,00534%
CN 1º grau por 100 mil habitantes	4.578	4.599	3.480	4.282	2.268
Casos novos eletrônicos em relação aos casos novos total	80,43%	84,95%	92,68%	98,64%	99,97%

- *IAJ – Índice de Acesso à Justiça >>> INDICADOR EM CONSTRUÇÃO PELO CNJ*

Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Desempenho no Ranking de Transparência	47,37%	77,21%	85,27%	75,85%	94,71%

Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário >>> INDICADOR EM CONSTRUÇÃO PELO CNJ

Agilidade na Prestação Jurisdicional

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de Congestionamento das Execuções Fiscais	95,39%	64,15%	56,67%	53,13%	75,12%
TCL - Taxa de Congestionamento Líquida, exceto execuções fiscais	75,15%	64,93%	58,82%	55,61%	74,36%
IAD - Índice de Atendimento à Demanda	100,18%	112,00%	117,87%	127,75%	121,19%
Tempo de Tramitação dos Processos Pendentes, considerando as fases dentro do Judiciário	4,11	4,14	3,63	3,75	3,59

Enfrentamento à Corrupção, À Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Prescrição	0,33%	0,73%	2,66%	3,30%	2,99%
TpCpICE - Tempo Médio dos Processos Pendentes de Improbidade, Corrupção e Crimes Eleitorais	4,09	4,34	4,69	4,74	4,48
Tempo Médio de Tramitação dos Processos Administrativos Disciplinares	0,70	0,35	0,07	1,259	1,256

Tempo Médio de Tramitação dos PADs >>> Índice de PADs Baixados

Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Conciliação	7,64%	12,32%	7,29%	7,29%	7,15%
Índice de Realização de Audiências no CEJUSC			3216,86%	183,11%	49,31%

Índice de Casos Remetidos para Câmara de Conciliação/Mediação
IC334 - Índice de Realização de Audiências no Art. 334 do CPC

Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Tempo Médio entre o Trânsito em Julgado/ou Sentença de Mérito do Precedente e a Sentença de Aplicação da Tese	-	-	1,9		
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)	3,3	5,5	6,6	6,4	4,0
Tempo Médio entre Afetação/Admissão e a Publicação do Acórdão de Mérito nos Incidentes de Assunção de Competência (IAC)	NÃO HÁ INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA PROCESSADO NO ÂMBITO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA				

Promoção da Sustentabilidade

INDICADORES RELACIONADOS	2017	2018	2019	2020	2021*
IDS - Índice de Desempenho de Sustentabilidade	59,40%	54,60%	50,00%	49,80%	*

Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Taxa de Encarceramento	220,57	137,40	117,20	125,50	381,863
TpCpCCrim - Tempo Médio dos Processos Criminais Pendentes na Fase de Conhecimento		3,96	4,59	4,95	5,037

*TpDecPen - Tempo Médio das Decisões em Execução Penal**

TpPrisProv - Tempo Médio de Julgamento em Primeira Instância dos Presos Provisórios >> INDICADOR EM CONTRUÇÃO PELO CNJ

Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Desempenho nos Eixos Governança e Qualidade da Informação (Prêmio CNJ)	-	79,20%	66,12%	67,03	*

Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Índice de Absenteísmo-Doença	2,09%	1,15%	1,23%	1,75%	1,54%
PRQV - Percentual da Força de Trabalho Total Participante de Ações de Qualidade de Vida no Trabalho	47%	47%	48%	36,77%	4,78%
Índice de Capacitação de Magistrados	38,00%	20,00%	13,00%	12,68%*	
Índice de Capacitação de Servidores	10,12%	30,87%	20,25%	14,54%*	

Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
IDOB - Índice de Dotações para Despesas Obrigatórias	95,01%	92,08%	92,22%	84,96%	91,33%
IEDD - Índice de Execução das Dotações para Despesas Discricionárias	95,30%	75,63%	51,21%	79,40%	31,88%
IEP - Índice de Execução das Dotações para Projetos	0%	0%	0%	26,44%	19,66%

Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de Proteção de Dados

INDICADORES RELACIONADOS	2018	2019	2020	2021	2022
Percentual de Casos Eletrônicos sobre o Acervo Total	65,80%	77,67%	81,52%	98,17%	98,59%
IGOV-TIC	0,42	0,77	0,91	0,7301	*

Muito Obrigada!